

Evasão escolar: Desafios e Perspectivas da Educação no Brasil

Autora:**Maria Onelia Santos Silva**

*Mestranda em Ciência da Educação -
Supervisão pedagógica pela Escola Superior
de Educação João de Deus em parceria
com o Instituto ILUSES*

Resumo

O presente capítulo faz um estudo sobre uma temática que se relaciona com um dos problemas antigos da educação e que vem se perpetuando. O estudo objetiva verificar as causas pelas quais a evasão escolar continua sendo um dos problemas pertinentes no cenário educacional. O texto faz discussões acerca dos possíveis motivos que contribuem para a evasão escolar que ocorre em todas as etapas da educação escolar. A evasão escolar como já foi mencionado é um problema antigo e precisa da resolução de outros problemas educacionais que contribuem para tal.

Palavras-chave: Educação escolar. Legislação. Políticas públicas.

DOI: 10.58203/Licuri.22340

Como citar este capítulo:

SILVA, Maria Onelia Santos. Evasão escolar: Desafios e Perspectivas da Educação no Brasil. In: KOCHHANN, Andrea (Org.). **Rumo ao futuro da Educação: tendências e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2024, p. 239-251.

ISBN: 978-65-85562-23-2

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um fenômeno complexo que tem sido objeto de discussões e reflexões no contexto da educação pública brasileira ao longo da história. Segundo Ribeiro (2018), a evasão escolar é um desafio persistente que afeta significativamente o sistema educacional do Brasil.

De acordo com Santos e Souza (2017), a evasão escolar pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo questões socioeconômicas, culturais e estruturais. A falta de recursos financeiros, a violência no entorno das escolas, a falta de qualidade no ensino e a desmotivação dos alunos são apenas algumas das variáveis que contribuem para a evasão escolar no Brasil.

Além disso, a evasão escolar pode ter impactos negativos não apenas no desenvolvimento educacional dos estudantes, mas também na sociedade como um todo. Conforme apontado por Silva (2019), a evasão escolar está associada a maiores taxas de desemprego, criminalidade e desigualdade social, evidenciando a importância de abordar esse problema de forma abrangente e eficaz.

Diante desse cenário, é fundamental que políticas públicas e práticas educacionais sejam implementadas com o intuito de prevenir e reduzir a evasão escolar no Brasil. A promoção de um ambiente escolar acolhedor, a oferta de programas de apoio socioemocional aos estudantes e o fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade são algumas das estratégias sugeridas por Oliveira et al. (2020) para enfrentar esse desafio de forma mais eficaz.

Nesse contexto, trata-se de um problema complexo que vem se agravando a cada dia. Em algumas regiões é mais notadamente pior a situação por uma diversidade de razões. Para ser resolvido, depende da solução de outros problemas conexos, os quais atingem direto ou indiretamente a sociedade e, especialmente, as pessoas em situação de vulnerabilidade. Isso termina influenciando a permanência ou não da criança na escola.

Em cada município se observa uma realidade diferente que compromete ao ritmo do ensino, seja a distância do prédio escolar, seja o trabalho infantil, a pobreza, a falta de empenho da família, a falta de preparação dos profissionais que atuam em determinado cargo, seja a falta de estrutura física do prédio, entre tantos outros que se fossem citados aqui faria uma lista enorme.

Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, aspectos relacionados à garantia de educação escolar no Brasil.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EDUCACIONAL

É evidente que há uma disparidade significativa entre o ideal e a realidade no âmbito da educação. Um desafio substancial e crucial, porém subestimado, reside na garantia de condições que viabilizem o acesso e a permanência de crianças e jovens nas instituições educacionais..

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), em seu artigo III, I, aborda essa preocupação ao estabelecer como princípio fundamental a "igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola", uma disposição que ecoa o que está estabelecido no artigo 206 da Constituição Federal. Este último, composto por onze incisos, delinea os princípios que devem orientar o ensino no Brasil, abrangendo ideais, conceitos e concepções. Nos próximos parágrafos, iremos comentar sobre esses incisos e sua relevância para o contexto educacional atual.

O inciso I fala-se em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Entende-se que para uma democratização do ensino público, haja políticas que garantam aos indivíduos a permanência na escola que é tão importante quanto as condições de acesso qual só é possível pela existência de vagas para todos os que quiserem estudar. Isso junto à qualidade de ensino que pode fazer com que a criança usufrua do direito a educação.

Conforme Kindel; Guazzelli (2012), a vivência escolar proporciona-nos o conhecimento de nossa história e a compreensão da complexidade do mundo contemporâneo, capacitando-nos a participar ativamente e a agir diante do imprevisível. Na escola, aprendemos a habilidade de analisar, refletir, argumentar, ponderar e negociar, sempre respeitando o outro e interagindo de forma colaborativa. O inciso II, da LDB, reforça o que diz o primeiro quando enfatiza a questão da liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Se assim não o for não tem como verdadeiramente ser considerado aquisição de princípios educacionais. O inciso III em sua essência regulamenta o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas que complementa o que diz a Constituição Federal em seu inciso III do artigo 206. É de grande valia partir do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. O inciso IV é mais um que enfatiza

algo importante respeito a liberdade e apreço a tolerância que por mais que não seja, deveria ser entendido como valores sendo muito importante à educação. O conteúdo do inciso V trata da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, tendo uma relação significativa com o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Significa uma garantia reafirmada pela legislação federal.

O inciso VI fala da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais que ganha força no inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal. O inciso VII reafirma o que está no inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal que é valorização do profissional da educação escolar, incluindo os não docentes da escola que também dão sua contribuição. Outro princípio muito importante abordado na LDB é a gestão democrática do ensino público contida no inciso VIII, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino. Está também contido no inciso VI, do artigo 206 da Constituição Federal. Seria muito bem vinda caso fosse colocado em prática, seria um grande avanço. É inclusive uma das medidas mais desejadas pelos defensores da educação pública gratuita, democrática, laica e de qualidade. A garantia de padrão de qualidade amparada por lei é um princípio contido no inciso IX. É sem dúvida um princípio de suma importância, porém complexo pois é preciso que se defina qual é o padrão de qualidade que se busca o que implicará que: a sua realização dependerá da concretização dos princípios citados anteriormente. O inciso X contempla a valorização da experiência extraescolar. O inciso XI reafirma a questão da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, que já foi citado entre os princípios contidos nesses incisos da LDB.

Diante do que foi abordado, e de acordo com o que diz a LDB entende-se que o processo de equidade deve ser visto como uma das prioridades no processo educacional, o estado deve assumir sua obrigatoriedade no que se refere ao caso, a educação por sua vez, promover nas relações sociais, verificando a eficácia deste atendimento. O currículo que é de suma importância deve ser totalmente voltado para uma educação de fato inclusiva, respeitando a diversidade e realmente tenha sentido para a criança, para o jovem. Para, o Documento Curricular do Território Maranhense (BRASIL, 2019), O indivíduo deve refletir a diversidade do estado e da população do Maranhão, sendo construído com base na formação sócio-histórica de seu povo, de modo que os sujeitos se sintam representados e se reconheçam no processo de ensino-aprendizagem.

A própria lei que trata da educação no Brasil dar essa autonomia e diz que a educação deve estar a serviço da inclusão dos sujeitos no processo da educação formal, possibilitando acesso a escola e ao processo formativo. Nesse caso, além da inclusão de pessoas com deficiência na escola, é necessário possibilidades de incluir todos os sujeitos historicamente excluído do processo de ensino. Pensar em um currículo em que leve em consideração a inclusão da diversidade social, cultural étnico-racial do território brasileiro. Desse modo a educação deve se dar o trabalho de ampliar direitos e garantias de acesso e permanência dos diversos grupos sociais que compõem a população da região a qual está inserido.

Nesse sentido, faz-se necessário enfrentar o preconceito, o racismo, o machismo, a homofobia e todo e qualquer tipo de intolerância e ódio. Posto isto, o currículo deve ser a expressão da diversidade social e cultural do povo maranhense. Os espaços escolares devem refletir esse sentimento, a escola deve atender a todas as diferenças sociais sejam elas provenientes da diversidade biológica, cultural, social, de classe, religiosa, de gênero ou étnica (BRASIL, 2019).

Existem outros documentos que tratam dos princípios educacionais formulados a partir dos ideais de educação para todos como: Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, 2001; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, 2002. Esses documentos definem princípios fundamentais e procedimentos, de modo a oferecer orientações para as escolas implementarem com maior efetividade os seus projetos pedagógicos. Esses documentos em conformidade com as leis mostram o caminho a se seguir pra que se possa ajudar o aluno a adentrar e permanecer na escola. Os ideais e princípios contidos neles são de suma importância para a comunidade escolar. É algo que beneficia direto ou indiretamente a todos.

FATORES QUE CONTRIBUEM DIRETO OU INDIRETAMENTE PARA A EVASÃO ESCOLAR

Nos últimos anos tem sido propostas várias melhorias no que diz respeito a incentivo para a permanência de aluno na escola. Com isso, o Brasil tem recuado o índice de analfabetismo, mas em nível mundial não está em uma posição agradável em se tratando de educação, ainda mais para um país que “gira” em torno de ranking, porém este ranking não é bem visto para quem conhece os dados. Quando se investiga

o que se encontra são situações absurdas fazendo com que esses números sejam tão persistentes. Ao longo dos anos até chegar a atualidade, vem sendo desenvolvidas uma série de medidas na tentativa de colocar o Brasil em condições parecidas com a dos países que tem um histórico educacional mais relevante.

Isso vem se dando por uma razão muito simples de se entender: a sociedade brasileira é amparada por uma constituição que rege toda a população que habita o território brasileiro. Os brasileiros apesar de ter pouco conhecimento sobre a constituição e conseqüentemente dos seus direitos vem reivindicando seus direitos mesmo com poucas informações a respeito do que é seu e está sendo negados não de agora mas, ao longo da história da educação. Daí as necessidades de políticas públicas para atender os anseios da sociedade. Assim estão sendo propostas algumas políticas públicas para erradicar os problemas educacionais como é o caso de algumas que serão citadas em seguida.

Para proporcionar mais tempo de escolaridade ao aluno o governo resolveu aplicar uma política onde os alunos entram no ensino fundamental com 6 e não com 7 anos como era antes , ao invés de oito ficam nove anos cursando o fundamental e a educação infantil para crianças de zero a seis anos como sendo dever do Estado. O Ensino Médio contendo os objetivos do governo estabelecidos pela LDB em forma de lei a ser cumprida. É repleto de de finalidades como; aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental , preparação para o trabalho e a cidadania do educando entre outras. FUNDEB para financiar a educação e os profissionais que atuam nessa área, assim como o Piso Salarial Nacional do Magistério, IDEB e tantas outras medidas, diversos programas como: Brasil escolarizado, para garantir com melhoria de qualidade , o acesso e a permanência de toadas as crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica. Escola básica ideal: para oferecer atendimento integral de qualidade em escolas de educação básica, modelares de referência.

Gestão da política de educação: para coordenar o planejamento, a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação. Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação: para oferecer oportunidades de capacidades e formação continuada aos professores, associados aos planos de carreira, cargos e salários e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

Todas essas medidas seguidas de programas tem em sua essência uma série de objetivos muito extensa de objetivos para a melhoria do ensino, a permanência das crianças na escola por mais tempo, erradicação de analfabetismo como já foi falado anteriormente. O que implica que algumas das medidas e programas não chegam a atender em sua totalidade os anseios das crianças que fazem parte das camadas menos privilegiadas. Algumas dessas ações não são conhecidas pelos verdadeiros “donos” desses benefícios. Todas as ações seriam ótimas caso fossem executadas como deveriam. Com isso, percebe-se que existem implantações de tais medidas e programas em regiões em zonas de vulnerabilidade social mas, não em sua totalidade pois isso depende de políticas que levem a sério situações do tipo. O gestor municipal precisa ter a sensibilidade de solicitar do seu superior (que é o estado) para que as pessoas sejam contempladas com aquilo que é seu por direito. As vezes é por falta de atitudes, de compromisso que as pessoas sem as assistências necessárias. Devem-se haver políticas locais para que as políticas nacionais sejam postas em prática. Cabe ao governo investir mais na educação pois o investimento feito até agora da forma que está sendo, não chega a atender a todos que precisam ficando aquém as pessoas em situações mais precárias.

Outro fator que vem sendo discutido muito é a participação da família na educação dos seus filhos. Diz Kindel: Várias instituições cercam o indivíduo, como a família, o grupo de convívio a mídia, a comunidade, a igreja entre outras, e tem função conservadora de garantir o compartilhamento de conhecimentos e sentidos como requisitos básicos de sobrevivência de uma sociedade. Ao observar a instituição escolar e a família, considerando as grandes diferenças e suas semelhanças levando em conta a densidade cultural dos cidadãos, homens e mulheres, componentes sociais e históricos atuantes na história da sociedade, percebe-se que existem divisores de classe e isso prejudica imensamente a sociedade que naturalmente são iguais e também segundo a legislação brasileira, porém esse patamar de igualdade só existe na teoria. Isto vem causando problemas difíceis de resolver. A família tem uma importância considerável no processo de socialização dos indivíduos que se relaciona com as instituições de ensino influenciando atitudes, assim como mudanças ou estagnação no processo de aprendizado. É algo que cujo, resultado vai depender dentre outras, da efetivação de envolvimento da família no processo. Bom seria se a família entendesse que vale apenas este investimento pois a partir daí que surgem os sujeitos preparados para contribuir da

melhor forma possível na comunidade na qual está inserido. Como consequência, será um indivíduo bem resolvido pessoalmente, terá um padrão de vida bem mais satisfatório, de certa forma, é bom em todos os sentidos. É para isso que se interessa tanto pela ajuda da família. A relação escola-família é a mais produtiva possível. Todo e qualquer professor almeja algo do tipo para a sua escola. Aliás, é uma das ações que de mais valia nesse processo que não é fácil. Por outro lado, a falta desta importante interação atrapalha e muito o andar do ensino. Há a todo o momento, questionamentos a respeito do não entendimento entre escola e família, tais como: porque os pais não correspondem as expectativas da escola, no que se refere à relação escola-família? Qual o motivo de tamanha falta de acompanhamento no desempenho escolar da criança?

A falta de firmeza dos pais para dar limites aos filhos, a dificuldade que a maioria tem de ensinar os valores éticos e morais, que são essenciais para a convivência em sociedade, diminui a relação saudável entre escola e família, pois em casa as crianças não tem noção do que é certo, do que pode e não pode. Criança que não tem esses ensinamentos, em casa, fica difícil de lidar com os outros em qualquer lugar e na escola não é diferente.

Os relatos de familiares que reclamam da cobrança da escola para que os pais se responsabilizem mais pela aprendizagem da criança mais pela aprendizagem da criança, da ausência de um currículo voltado para a transmissão de valores e da preparação do aluno para os desafios não acadêmico e do mundo do trabalho, são vistos com bastante frequência nos dias atuais. Mas é necessário entender que: se o ser humano, está aprendendo o tempo todo, o papel da família é essencial nesse processo, pois é ela que decide desde cedo o que seus filhos precisam aprender; tomam decisões sobre as instituições que devem frequentar, o devem saber para tomarem para tomarem as melhores decisões no futuro. depois de fazer essas escolhas, os pais ou responsáveis devem continuar acompanhando e participando do desempenho da criança tomando simples atitudes como: auxiliando na lição de casa, participar de reuniões escolar, conversar com a criança sobre a importância de está frequentando a escola entre outras formas. É o que o professor precisa, de aliança entre escola e família.

Para isso se tem leis que defendem os direitos e exigem o cumprimento de deveres como é o caso da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que diz em seu artigo II “ A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais e de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

educando, seu preparo o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse artigo reforça com mais clareza o que está escrito no artigo 205 da Constituição Federal do Brasil. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescentes) no artigo IV diz: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida , à saúde, á alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. Essas leis afirmam que a educação é um direito de todos, bem como dever do Estado e da própria família.

Pelo que foi abordado no regulamento das leis anteriores a família não é sozinha responsável por tratar da questão da socialização, mas, é sem dúvida a mais importante por ser o primeiro responsável pela tarefa socializadora. Ela estabelece uma das mediações entre o homem e a sociedade. A escola tem um papel que ultrapassa o ensino pedagógico em sala de aula, como relata Kindel em sua colocação sobre ensino: “Para compreender as responsabilidades da escola em possibilitar a participação dos indivíduos na sociedade e na construção da vida democrática, é necessário começar refletindo sobre o que legitima a instituição escola. Numa perspectiva ampla, a educação garante que as novas gerações conheçam as conquistas sociais acumuladas pelo deslocamento histórico da humanidade.

Essas conquistas envolvem entre outras questões, valores, comportamentos ideais artefatos e instituições úteis à manutenção e ao aprimoramento das relações para a existência de grupos sociais organizados. Nesse sentido, a educação nos insere em práticas culturais, potencializando-nos para participar delas e construí-las”. Está dentro das responsabilidades da escola, o compromisso de garantir a continuidade dos seus estudos, esclarecer que em determinadas circunstâncias o aluno reproduzirá o que já foi antes por ele descoberto e conquistado. Uma educação de qualidade dar essa permissão para o aluno que no início se veja como apenas mais um no fluxo da humanidade para que conseqüentemente ele possa reconstruir sua identidade dando o novo sentido como sendo resultado de escolha informada e refletida. Assim na escola, os alunos terão mais possibilidades de adquirir a cultura do senso comum de maneira criativa e reflexiva, reforçando sua capacidade de interlocução bem mais informada e estruturada para participar do mundo, enfrentar os obstáculos como desejem.

Dessa forma, fica mais evidente que, as próximas gerações estarão altamente capacitadas a criar reflexões, tecnologias e soluções para os problemas humanos que

forem surgindo ao longo da vida. Para isso, antes de tudo, a instituição escolar precisa verificar a dinâmica do mundo as necessidades e as curiosidades dos estudantes e as turmas mobilizam nas suas condutas presentes. Deve dar acesso à diversidade de conhecimento possibilitando aos estudantes a tomarem consciência, criar perspectiva dando outros contornos às visões de mundo e das posturas mal informadas e em sua maioria eram condicionadas apenas às pressões imediatas das trocas sociais, em identidades restritas às localidades.

Para que os estudantes possam entender a realidade, e as condições para uma participação efetiva, criativa e atuante na sociedade, segundo Kindel é: “ Função da escola problematizar a superoferta de informações a que estamos expostos hoje e o contínuo convite à dispersão, oferecendo oportunidades para o alinhamento de atenções e esforços, bem como para a organização crítica dos argumentos em pauta. Por exemplo, para compreender o impacto de investimentos públicos em saneamento básico em nossa vida e na nossa comunidade, queremos compreender bem mais do que as palavras, os cálculos matemáticos, os componentes químicos quem é responsável ou a geografia local. Queremos também compreender quem é responsável, quem pode intervir, qual é a relação do saneamento básico com a saúde, com a preservação do ambiente, com a estética da cidade, com o trabalho, com a permanência de aluno na escola. Em outras palavras, é compreender que o que se passa no mundo está cruzado por valores, responsabilidades, pontos de vista, interesses pessoais e institucionais e que, na escola, podemos examinar o que nos parece ser a regra para questionar, experimentar, escolher, rejeitar, negociar de maneira informada.

Pode-se, afirmar que o papel da escola, no processo de ensino, e conseqüentemente na vida do aluno, é insubstituível, ou seja, nenhuma outra instituição por importante que seja, irá oferecer o que a escola oferece ao ser humano. Que se resume em apresenta-lo aos modos de representar e compreender o mundo, nem que seja, a curto prazo. Entende-se, que a humanidade ao longo do tempo vai sofrendo alterações, isso se deve ao comportamento dinâmico das pessoas em relação aos avanços nas formas de convívio social, que inclusive são consideradas as mais adequadas devido a insistência à participação e influência dos cidadãos em várias ocasiões, a exemplo, a tomada de decisão política sobre questões que dizem respeito à coletividade. Então são modos de criar, construir, criticar e agir em conjunto ao que devem ser estimulados e compreendidos, também para questionar a sua pertinência, interação aos novos tempos.

E a escola em meio a todas as mudanças deverá manter-se, firmemente, desenvolvendo o seu papel, reconstruindo experiências, que venham a privilegiar o acolhimento à diversidade, o compartilhamento, a colaboração, a comparação, a criação e a iniciativa. Pois, essa é a função social da escola, expandir os seus objetivos para além do espaço físico dela, justificando-se, quando analisada em relação com o contexto em que está inserido.

A falta de preparação de professor para atuarem em sala de aula também é um quesito que não condiz com o que o aluno precisa para desenvolver todas as habilidades citadas nesse trabalho. Este é, sem dúvidas, um dos problemas mais comuns que se vê no mundo da educação, assim como os demais problemas citados aqui, este também prejudica o andar do ensino. Se a questão da falta de eficiência no aplicar das políticas públicas, voltadas para a educação, e a falta de acompanhamento familiar, são causadores de insuficiências no processo de ensino, então, os professores não preparados, são mais um quesito na lista do que precisa ser verificado para que se possa dar melhor contribuição nesse processo. Isso inclui: professores que, estão atuando com componentes curriculares que não são a sua área de formação, outros tem como formação somente o magistério, outros trabalham em vários municípios, que terminam deixando um, sem a devida assistência, obviamente, aquele que cobra menos desse profissional, entre tantos outros problemas que existem. Sem a devida atuação desse profissional no cenário da educação dificilmente se conseguirá atingir os objetivos em pauta.

E o que se sabe, é que o professor é um profissional principal no processo educacional como disse: Regina Célia C. Haydt: De acordo com nossa concepção, o educando é “ uma pessoa que se desenvolve, que utiliza suas possibilidades, que se ajusta e reajusta, mediante processos dinâmicos orientados por valores que lhe conferem individualmente e prospectividade” Quem assim concebe o educando, tende a valorizar ainda mais a relação professor-aluno, vê nessa interação um processo de intercâmbio de conhecimentos, ideais e valores, que atua diretamente formação na formação da personalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenham sido propostas diversas melhorias e medidas ao longo dos anos, o país ainda enfrenta desafios significativos em termos de qualidade e equidade

educacional, especialmente em comparação com padrões internacionais. Além disso, é importante reconhecer que a educação não é apenas responsabilidade da escola, mas também da família, da comunidade e do Estado. As leis e regulamentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outros dispositivos legais, estabelecem direitos e deveres relacionados à educação e à participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Destaca-se também a necessidade de uma parceria sólida entre escola e família, enfatizando o papel crucial dos pais no apoio ao aprendizado e no desenvolvimento dos filhos. A falta de envolvimento e apoio familiar pode ser um obstáculo significativo para o sucesso educacional dos alunos.

Por fim, enfatiza-se que a escola desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos e na preparação para a vida em sociedade. Ela não apenas transmite conhecimentos, mas também promove valores, habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e consciente na comunidade. Portanto, é essencial que a escola se adapte às mudanças sociais e mantenha seu compromisso com a diversidade, a colaboração e a iniciativa, a fim de cumprir sua função social de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINIST. DE EDUCAÇÃO. Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino fundamental. 1ª ed Rio De Janeiro: FGV, 2019, 487 p. HAYDT, Regina Célia C. Didática Geral.

KINDEL, Eunice Aita Isaia; Guazzelli, Eloar. A Docência em Ciências Naturais: Construindo um currículo para o aluno e para a vida. São Paulo: Edelbra. 2012.

CLEIDE, Fátima. Estatuto da Criança e do adolescente. (ECA) BRANDÃO, Carlos da Fonseca LDB (Lei de Diretrizes e Bases.

MICHEL, Fernanda Vach. Artigo sobre As Práticas das Políticas Públicas. ABATTI, Gilvani. A Importância da Família na Escola.

Oliveira, L. M., et al. (2020). Estratégias para a prevenção da evasão escolar: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250015. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250015>

Ribeiro, V. M. (2018). Evasão escolar: um desafio para a educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230010. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230010>

Silva, A. B. (2019). Evasão escolar e suas implicações sociais. *Educação em Debate*, 41(77), 132-145. <https://doi.org/10.1590/0102-4698175267>